



CREMERJ
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



COTAÇÃO ELETRÔNICA Nº 01/2019

Local de realização: Sistema COMPRASNET – www.comprasgovernamentais.gov.br

UASG: 389177 – CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DATA DE ABERTURA: 09/01/2020 às 08:00 horas.

DATA DE ENCERRAMENTO: 09/01/2020 às 16:00 horas.

A cotação eletrônica poderá ser prorrogada em 48 (quarenta e oito) horas, a critério do CREMERJ.

A participação na presente cotação eletrônica, implica aceitação de todas as condições desta Cotação Eletrônica/Termo de Referência.

O CREMERJ poderá anular ou cancelar esta cotação eletrônica, total ou parcialmente, sem que disso resulte direito a qualquer indenização ou reclamação.

OBSERVAÇÃO 1: No valor do lance deve estar qualquer custo de execução do objeto, incluindo frete e encargos.

OBSERVAÇÃO 2: As propostas/lances encaminhadas no sistema eletrônico, deverá conter marca/modelo do item a ser fornecido, **sob pena de desclassificação.**

OBSERVAÇÃO 3: A empresa classificada em primeiro lugar, deverá encaminhar sua proposta em até 1 (um) dia útil, após solicitação do Setor de Compras do CREMERJ, conforme item 6 do Termo de Referência.

O não envio da proposta no prazo acima poderá acarretar desclassificação.

OBSERVAÇÃO 4

A proposta deve ser obrigatoriamente redigida em língua portuguesa e conter:

- Identificação completa do fornecedor.
- Descrição completa do produto ofertado, conforme Termo de Referência.
- Quantitativos, valores unitários e totais dos itens ofertados.
- Prazo de entrega dos itens, conforme o Termo de Referência.
- Prazo de validade e/ou garantia dos itens, conforme o caso.
- Prazo de validade da proposta de no mínimo 60 dias.
- Dados bancários para pagamento.

Quaisquer dúvidas poderão ser esclarecidas junto ao Setor de Compras do CREMERJ, no telefone (21) 3184-7258, em dias úteis de 9 h às 18 h, ou através do endereço eletrônico compras@crm-rj.gov.br.



**TERMO DE REFERÊNCIA
COTAÇÃO ELETRÔNICA Nº 01/2020**

1. DO OBJETO

- 1.1. O presente Termo de Referência, tem por objeto a aquisição em regime de pronta entrega, de forro de fibra mineral a fim de atender as demandas do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	QUANT.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
01	<p>Forro em fibra mineral; removível em placas; dimensão 1250 x 625 x 16 mm; caixa com 8 unidades; pintura em látex na cor branca.</p> <p>Coefficiente de Absorção Sonora (NRC) mínimo: 0.65, de acordo com a Norma ASTM C423-01 (SRA) mínimo: 0.70.</p> <p>Coefficiente de Isolamento Acústico (CAC) mínimo: 34, de acordo com a Norma EN ISO 717-1 .</p> <p>Resistência ao Fogo: Classe A, de acordo com a Norma NBR 9442 Refletância Luminosa (RL): 0.84, de acordo com a Norma EN ISO 7742-2&3.</p> <p>Resistência à Deformação: resistente a umidade relativa do ar de até 95% a uma temperatura de até 49 °C no plenum.</p>	429733	2	Caixa com 8 Unidades	R\$ 383,205	R\$ 766,41
Valor global estimado:						R\$ 766,41



CREMERJ
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



- 1.2. Havendo divergência entre a descrição do código CATMAT (Código de Materiais do Comprasnet) e a descrição/especificação do objeto na tabela acima deste Termo de Referência, estas últimas prevalecerão em detrimento do CATMAT.
- 1.3. A contratação, por ser de natureza comum e de pequeno vulto, dar-se-á por meio de dispensa de licitação com fulcro no inciso II, do Art. 24º da Lei 8666/1993, utilizando o sistema de Cotação Eletrônica, conforme estabelecido pela Portaria MPOG 306/2001.

“Art. 24. É dispensável a licitação:

II – para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea “a”, do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.”

- 1.4. A presente cotação eletrônica será realizada para um único item, tendo como critério de julgamento o menor preço do item.
- 1.5. Os lances/propostas realizadas no sistema eletrônico, devem obrigatoriamente informar marca/modelo dos itens ofertados, sujeitando-se a desclassificação em caso de inobservância.
- 1.6. Os valores estimados ou de referência foram obtidos através de pesquisa de mercado, nos termos da IN SLTI/MPOG nº 5/2014, alterada pela IN Seges/MPDG nº 3/2017.
- 1.7. A nota de empenho substituirá o Termo de Contrato o qual se encerrará com a conclusão do pagamento dos itens contratados.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. O referido material destina-se a substituição daqueles que apresentam avarias pelo desgaste natural de tempo e uso rotineiro. A manutenção predial e rotineira e a substituição de ferramentas, peças e materiais são concomitantes e periódicos.
- 2.2. Suprimento do setor de manutenção quanto às necessidades atuais e ocasionais de reposição de materiais relativos à manutenção predial que incluem materiais de construção, material elétrico/eletrônico, hidráulico, sanitário etc, decorrentes das necessidades de manutenção predial que demandam os tipos de materiais elencados acima.
- 2.3. A aquisição deste material é necessário às manutenções prediais preventivas e corretivas dos setores da sede Cremerj em Botafogo, segundo a NBR 5674. O quantitativo foi baseado no levantamento das reais necessidades do momento, nas situações programadas e na



previsão da disponibilidade para enfrentar situações não programadas que exigem pronto atendimento. A especificação deste modelo visa possibilitar o devido ajuste e combinação com diversos materiais de acabamento já utilizados por este Conselho.

- 2.4. Esta solicitação justifica-se em virtude da necessidade do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro em proporcionar o adequado funcionamento da parte elétrica desta autarquia, com materiais elétricos e equipamentos, essenciais para realização da manutenção predial e ainda auxiliando os servidores da área de manutenção, adequando a estrutura às normas de segurança NR-10.
- 2.5. O Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro não possui os materiais, as ferramentas, nem os profissionais que reúnam as condições necessárias para a execução adequada deste objeto.
- 2.6. Ante o exposto e em face da natureza jurídica desta autarquia e em especial observância da Lei 3268/57 faz-se necessário a aquisição deste objeto para uso do CREMERJ.

3. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 3.1. O prazo de entrega dos bens é de 7 (sete) dias úteis, em remessa única, contados da solicitação do CREMERJ em remessa única, na sede do CREMERJ, localizada a Praia de Botafogo, 228, Botafogo – Rio de Janeiro, RJ – CEP: 22.250-145.
 - 3.1.1. Os itens devem ser entregues no endereço acima, em dias úteis (segunda a sexta-feira, exceto feriados), em horários compreendidos entre 9 h e 12 h e entre 13 h e 16 h.
 - 3.1.2. O fornecedor ou o transportador por ele contratado deve certificar-se antecipadamente quanto a feriados locais ou alterações nos horários de expediente.
 - 3.1.3. Fica a cargo da contratada ou do transportador a descarga e movimentação do material do veículo até o local designado pelo servidor responsável pelo recebimento.
- 3.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 2 (dois) dias úteis, por servidor designado, para posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 3.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser



CREMERJ
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

3.4. Os bens serão recebimentos definitivamente no prazo de 7 (sete) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

3.4.1. Na hipótese de a verificação a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

3.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto.

4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. São obrigações da contratante:

4.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

4.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes deste Termo de Referência e da proposta.

4.1.3. Comunicar à contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

4.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada através de servidor especialmente designado.

4.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e na forma estabelecidos neste Termo de Referência.

4.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto deste Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 5.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e de sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 5.1.1. Efetuar a entrega dos itens em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a marca, fabricante/modelo, prazo de garantia e/ou validade.
 - 5.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
 - 5.1.3. Substituir, reparar ou corrigir as suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.
 - 5.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
 - 5.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.
 - 5.1.6. Indicar representante da empresa com respectivos contatos (e-mail e telefone) para atendimento a contratante.

6. PROPOSTA

- 6.1. A empresa participante desta cotação eletrônica classificada em primeiro lugar, deverá encaminhar sua proposta no prazo de 1 (um) dia útil, a partir da solicitação do Setor de Compras do CREMERJ que será enviada para o e-mail registrado no sistema ComprasNet.
- 6.1.1. Em caso de não haver resposta ao e-mail enviado conforme citado no subitem anterior, dar-se-á a solicitação de proposta como recebida e não atendida, podendo acarretar a desclassificação da empresa, desta forma passando para a próxima mais bem classificada e assim sucessivamente, até que se atinja o objetivo desta cotação eletrônica.



- 6.2. A proposta deverá ter obrigatoriamente redigida em língua portuguesa, contendo os quantitativos, valor unitário e total dos itens expressos em moeda corrente nacional, a descrição detalhada dos itens a serem fornecidos conforme especificações do Termo de Referência, a indicação de marca/modelo/fabricante dos itens a serem fornecidos, indicar dados bancários para pagamento (banco, agência e conta-corrente), prazo de validade de no mínimo 60 (sessenta) dias e indicação dos prazos de validade e/ou garantia dos itens, conforme o caso.
- 6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos itens.
- 6.4. A proposta poderá ser elaborada conforme o ANEXO I deste Termo de Referência.

7. SUBCONTRATAÇÃO

- 7.1. Não será admitida a subcontratação para a execução do objeto deste Termo de Referência.

8. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 8.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 8.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 8.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9. DO PAGAMENTO

- 9.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 5 dias úteis, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, nos termos do art. 5º, §



CREMERJ
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



3º, da Lei nº 8.666, de 1993, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.

9.2. Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto.

9.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

9.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CREMERJ.

9.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.6. Antes do pagamento a contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação.

9.7. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

9.8. Quando do pagamento será efetuada a retenção tributável prevista na legislação aplicável.

9.8.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



- 9.9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo CREMERJ, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = (6/100) / 365	I = 0,00016438
		TX = Percentual da Taxa Anual = 6%

10. REAJUSTE

- 10.1. Os preços são fixos e irremovíveis.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1. A contratada que não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do fornecimento, estará sujeito às sanções previstas na Lei nº 8.666/1993, sem prejuízo do eventual cancelamento da Nota de Empenho.

11.1.1. Em caso de manifestação de desistência da contratada, fica caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida, consoante o estabelecido no Art. 81 da Lei nº 8.666/1993, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

- 11.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a contratada ficará sujeita ao pagamento de multa nos seguintes termos:

11.2.1. Pelo atraso na entrega do material em relação ao prazo estipulado: 1% (um por cento) do valor do material não entregue, por dia decorrido, até o limite de 10% (dez por cento) do valor do material.

11.2.2. Pela recusa em efetuar o fornecimento e/ou pela não entrega do material, caracterizada em dez dias após o vencimento do prazo de entrega estipulado: 10% do valor do material.



- 11.2.3. Pela demora em substituir o material rejeitado, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 2% do valor do material recusado, por dia decorrido.
- 11.2.4. Pela recusa da Contratada em substituir o material rejeitado, entendendo-se como recusa a substituição não efetivada nos cinco dias que se seguirem à data da rejeição: 10% do valor do material rejeitado.
- 11.2.5. Pelo não cumprimento de qualquer condição fixada neste Pedido de Cotação Eletrônica de Preços e não abrangida nas alíneas anteriores: 1% do valor contratado, para cada evento.
- 11.3. As multas estabelecidas no subitem anterior podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 10% do valor contratado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.
- 11.4. As importâncias relativas a multas serão descontadas do pagamento porventura devido à Contratada, ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei.
- 11.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. RESCISÃO

- 12.1. A rescisão contratual se dará nos termos dos artigos 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.
- 12.2. No caso de rescisão provocada por inadimplemento da CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.
- 12.3. No procedimento que visa à rescisão contratual, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de a CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

13. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 13.1. As despesas da contratação correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento do CONTRATANTE, assim classificados:



CREMERJ
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



NATUREZA DAS DESPESAS	FONTE DE RECURSOS	VALOR GLOBAL ESTIMADO
MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS/INSTALAÇÕES	6.2.2.1.1.33.90.30.010	R\$ 766,41

Rio de Janeiro, 08 de janeiro de 2020.

Elaboração do Termo de Referência
(arts. 6º, IX, 7º, § 2º, I, e § 9º, Lei 8.666/93)

Aprovação Técnica

André Carvalho de Almeida
Compras

Fernando Pereira de Castro Filho
Gerente do Apoio Administrativo

Encaminhe-se a Gerência-Geral

Aprovação da Autoridade Competente
(art. 7º, § 2º, I da Lei nº 8.666/93)

De acordo em, ____/____/____

Aprovado em, ____/____/____

Ana Marta da Silva
Gerente-Geral

Sylvio Sérgio Neves Provenzano
Presidente do CREMERJ



ANEXO I – MODELO DA PROPOSTA (PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

PROPOSTA – COTAÇÃO ELETRÔNICA Nº 01/2020

GRUPO ÚNICO						
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	MARCA/ MODELO	QTD.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01				Unidade	R\$ xx,xx	R\$ xx,xx
	Valor global da proposta:					R\$ xx,xx

Dados para pagamento:

Banco:

Agência:

Conta Corrente:

Prazo de entrega dos itens: XX dias.

Prazo de validade dos itens: XX meses.

Declaramos ciência e concordância com todos os termos e condições dispostas no Termo de Referência da Cotação Eletrônica nº 01/2020.

Declaramos que nesta proposta estão inclusos todos os custos operacionais para o fornecimento dos itens (ex: gastos com transporte e acondicionamento dos materiais em embalagens adequadas, etc.) e, bem como, todos os encargos previdenciários, trabalhistas, comerciais e quaisquer outros que incidam diretamente ou indiretamente no fornecimento dos itens.

Validade da proposta: XX dias. (mínimo de 60 dias)

Local e data

Carimbo da empresa/Assinatura do representante legal